



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS  
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**



**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**ATA 19/2017**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7

8 Aos quatro dias do mês de julho de dois mil e dezessete, às nove horas e vinte cinco minutos,  
9 no prédio do PREVIMPA sito à rua Uruguai número duzentos e setenta e sete, décimo quarto  
10 andar, teve início a quingentésima quadragésima décima terceira reunião ordinária do  
11 Conselho de Administração do PREVIMPA. Estiveram presentes os seguintes conselheiros:  
12 Alessandra Bocorny de Azevedo, Adroaldo Bauer Spindola Correa, Álvaro Dion Teixeira,  
13 Antonio Carlos da Costa Pinto, Clarazete Gautério de Farias, Edson Zomar de Oliveira,  
14 Fabiana Zambiasi, Fabiane Borges Pavani, Isabel Cristina Junqueira, Luciana Eidt, Luciane  
15 Pereira da Silva, Luis Fernando de Fraga Silva, Luis Ferrari Borba, Maércio de Almeida  
16 Flores Cruz, Marilena Ruschel da Cunha, Marisa Ney Santos Pinho, Paulo Valetim Saldanha  
17 Fernandez, Pedro Luis da Silva Vargas, Teresinha Casagrande e Valdemir de Souza Estran. A  
18 presidente Luciane Pereira da Silva dirigiu a sessão com o secretário Luis Fernando de Fraga  
19 Silva. EXPEDIENTE-ITEM 1: Apresentação da Ata 018/2017 de 27/06/2017, aprovada por  
20 unanimidade. EXPEDIENTE-ITEM 02: Informes. O conselheiro Pedro Luis da Silva Vargas  
21 informou que foi aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal a redução do percentual  
22 da taxa de administração do Previmpa. A conselheira Marilena Ruschel da Cunha informou  
23 que foi publicada matéria no jornal Correio do Povo do dia primeiro de julho, sobre a votação  
24 pela Assembléia Legislativa, de cinco projetos que retiram direitos dos servidores. O  
25 conselheiro Adroaldo Bauer Espindola Correa informou que na quarta-feira ocorrerá a votação  
26 do PL de elevação da alíquota do Previmpa, a qual este conselho já se manifestou ser  
27 desnecessária, e convidou os colegas a participar da votação. O conselheiro Maércio de  
28 Almeida Flores Cruz informou que o Município foi multado por ter parcelado os salários do  
29 mês de junho e que a categoria vai ter que conviver com a justiça para garantir seus direitos  
30 pois o prefeito está mais preocupado em litigar com os servidores do que governar. ORDEM  
31 DO DIA ITEM 01: O conselheiro Antonio Carlos da Costa Pinto procedeu a leitura do Parecer  
32 número 013/2017, referente ao processo 009.002101.14.9, que trata da prorrogação do  
33 contrato com a Empresa Transmapa Transportes Ltda, entendendo que foram atendidas as  
34 prerrogativas para a renovação do contrato, bem como foram mantidos os valores praticados  
35 desde o ano de 2015. O conselheiro Pedro Luis da Silva Vargas solicitou esclarecimentos  
36 acerca do GATRAD e sobre a redução de veículos locados pelo Previmpa de três para um. O  
37 conselheiro Antônio Carlos da Costa Pinto informou que o GATRAD foi criado para avaliar a  
38 necessidade de veículos oficiais e contratados pelo município e submete ao comitê gestor.  
39 Sobre a redução de veículos informou que o Diretor Geral não utiliza mais o veículo de  
40 representação desde o final do contrato, e que em relação ao outro veículo, a extinção do  
41 contrato foi solicitada pela empresa, e que o Previmpa propôs permanecer com apenas um  
42 veículo para atender as demandas prioritárias, principalmente do serviço social, sendo que as  
43 demais demandas deverão ser atendidas utilizando o serviço de táxi. Em seguida a presidente  
44 do conselho Luciane Pereira da Silva colocou em votação, sendo o parecer aprovado por  
45 unanimidade. ORDEM DO DIA ITEM 2: A conselheira Marisa Ney Santos Pinho procedeu a

46 leitura do Parecer nº 014/2017 referente ao processo 009.003517.14.4, que trata da  
47 prorrogação do contrato coma Empresa Agência estado Ltda, entendendo que foram atendidas  
48 as prerrogativas para a prorrogação do contrato, bem como a redução de quinze por cento no  
49 valor individual de cada acesso, existindo dotação orçamentária e o interesse da empresa  
50 contratada na prorrogação. Relatou ainda, que a Procuradoria Geral do Município se manifesta  
51 no processo sugerindo que na próxima prorrogação seja realizada uma licitação. O  
52 Conselheiro Pedro Luis da Silva Vargas questionou sobre o que consiste o acesso mensal. A  
53 conselheira Marisa Ney Santos Pinho esclareceu tratar-se de uma senha disponibilizada para  
54 acessar o sistema em tempo real e que três servidores acessam o sistema. Em seguida a  
55 presidente do conselho Luciane Pereira da Silva colocou em votação, sendo o parecer  
56 aprovado por unanimidade. ORDEM DO DIA ITEM 3: O Diretor Administrativo Financeiro  
57 do PREVIMPA, Rodrigo Machado Costa iniciou a discussão do PL do Comitê de  
58 Investimentos a partir da alteração do artigo 2º, esclarecendo que a proposta modifica o texto  
59 atribuindo ao Comitê a competência de deliberar sobre investimentos, que encontra amparo no  
60 artigo 3º A da portaria 519/2011, de forma que o Comitê passa a ter poder decisório quanto à  
61 formulação e execução da política de investimentos. Em seguida apresentou tabela  
62 comparativa entre a proposta original e as contribuições levantadas na sessão do dia 22 de  
63 junho. O conselheiro Pedro Luis da Silva Vargas manifestou-se contrário à participação do  
64 CAD no Comitê de Investimentos, pois entende que as atribuições desse conselho,  
65 consignadas no artigo 8º da Lei Complementar 478/02, comportam a fiscalização dos atos  
66 daquele comitê, de cujo efeito poderiam restar situações conflitantes, já que o projeto atribui  
67 ao CAD a incidência direta sobre três membros. Disse ainda que a busca e a recepção de  
68 informações acerca das ações do comitê independem da presença do CAD em sua  
69 composição, porquanto este tem prerrogativas para solicitá-las sempre que entender  
70 necessário. O conselheiro Valdemir de Souza Estran se manifestou favorável à participação de  
71 dois membros do conselho no Comitê de Investimentos e entende que essa indicação é  
72 importante para auxiliar nas deliberações do Comitê. Sugeriu que o servidor do Previmpa seja  
73 indicado a partir de uma lista tríplice sem pontuação, e que o CAD escolha um para compor o  
74 Comitê. A conselheira Marisa Ney Santos Pinho manifestou-se acerca do valor do jeton,  
75 considerando ser alto, e que o ideal é que seja reduzido para 15% ou calculado sobre o valor  
76 de uma FG e não do padrão NS, pois da maneira como está sendo proposto, poderá haver  
77 concorrência entre os servidores para a indicação, o que poderá a vir ser um problema. A  
78 conselheira Marilena Ruschel manifestou-se sobre o critério de seleção para os servidores do  
79 Previmpa, os quais terão que possuir certificação CPA-10 e os demais não, o que se configura  
80 em critério de dois pesos e duas medidas. O Conselheiro Antonio Carlos da Costa Pinto  
81 esclareceu que a proposta exige que tenha participado do curso e não a certificação. O  
82 conselheiro Edson Zomar de Oliveira manifestou sua preocupação quanto ao fato de que no  
83 futuro agentes de mercado venham a ocupar esses lugares. O conselheiro Adroaldo Bauer  
84 Espindola Correa mencionou que a indicação visa garantir a representatividade do perfil e  
85 olhar do trabalhador no Comitê, e que também haverá a indicação de técnicos e também  
86 discordou quanto à previsão de apenas uma reunião extraordinária. O conselheiro Pedro Luis  
87 da Silva Vargas sugeriu que seja prevista uma reunião ordinária mensal, sem restrição em  
88 relação ao número de reuniões extraordinárias. O conselheiro Antônio Carlos da Costa Pinto  
89 manifestou que concorda e valoriza a representatividade do CAD, que a responsabilidade será  
90 maior pois dos sete membros, dois serão por indicação do CAD com possibilidade de um  
91 terceiro, e que concorda com a participação de membros não técnicos no Comitê, e que o jeton  
92 deve ser condizente com a representatividade do Comitê de Investimentos, pois os membros  
93 do Comitê poderão ser argüidos e responsabilizados em caso de maus investimentos. O  
94 Conselheiro Luís Ferrari Borba manifestou a sua concordância com a indicação, pelo CA, de

95 dois membros titulares do Comitê de Investimentos, mais os seus respectivos suplentes,  
96 oriundos dos membros eleitos diretamente pela categoria. Lembrou o que considerava o seu  
97 papel quando membro do Comitê: que, mesmo tendo formação em Engenharia e alguma em  
98 Finanças, nunca pretendeu se igualar, numa discussão específica, com um Economista ou  
99 Atuário do Comitê, e que ali estava basicamente para acompanhar o processo de discussão e  
100 sua lisura. Desta forma, o Conselheiro ressaltou que o Comitê de Investimentos não tem uma  
101 composição puramente técnica da área financeira justamente para aumentar a sua  
102 representatividade e controle. Por fim, o Conselheiro Borba ressaltou que, nos mais de quatro  
103 anos que atua como Conselheiro Administrativo, não lembra um único conflito de interesse -  
104 que pelo menos merecesse destaque - por um membro do CA pertencer ao Comitê. O  
105 conselheiro Pedro Luis da Silva Vargas sugeriu que ao invés de se pagar jeton, que seja  
106 verificada a possibilidade de se estender o pagamento da GPREV aos membros do Comitê de  
107 Investimentos, pois entende ser esta uma vantagem baseada na produtividade. Ficou então  
108 definido entre os participantes, de que dois membros serão indicados pelo Conselho de  
109 Administração entre seus membros eleitos, sendo um vinculado ao regime de capitalização.  
110 Em relação ao servidor do Previmpa decidiu-se que os três servidores selecionados serão  
111 submetidos ao CAD para indicação, de acordo com a proposta enviada pela conselheira Cárin  
112 Cecília da Rosa Carvalho ao Diretor Administrativo Financeiro, Rodrigo Machado Costa,  
113 através de email. Na seqüência o Diretor Rodrigo Machado Costa sugeriu que as reuniões do  
114 Comitê de Investimentos sejam semanais, e que sejam convocadas reuniões extraordinárias  
115 sempre que se fizer necessário, sem restrição de quantidades, o que foi aprovado pelos  
116 presentes. ASSUNTOS GERAIS: O conselheiro Pedro Luis da Silva Vargas questionou a  
117 mesa acerca da previsão de resposta dos apontamentos do Conselho Fiscal que a  
118 administração ficou de responder e encaminhou pedido de informação sobre os valores  
119 recebidos através do COMPREV para se ter uma visão dos mesmos. O Diretor Rodrigo  
120 Machado Costa respondeu que a atuária Giordana está em férias, retornando no final do mês  
121 de Julho e que, provavelmente, em no máximo trinta dias os questionamentos serão  
122 respondido, bem como sugeriu agendar uma apresentação sobre os valores do COMPREV, o  
123 que foi aceito pelos participantes. O conselheiro Valdemir de Souza Estran solicitou  
124 informações sobre o terreno do estacionamento hoje administrado pela EPTC para  
125 estacionamento. O conselheiro Antônio Carlos da Costa Pinto informou que só falta a  
126 publicação de decreto de autorização, e que há um acordo para utilização pela EPTC para  
127 evitar possíveis invasões no local. Nada mais havendo a tratar, a Presidente Luciane Pereira da  
128 Silva encerrou a sessão às onze horas e quinze minutos e eu Luis Fernando de Fraga Silva  
129 lavro a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

130

131 Luciane Pereira da Silva – Presidente

Luis Fernando de Fraga Silva – Secretário

132

133 Alessandra Bocorny de Azevedo

Adroaldo Bauer Spindola Correa

134

135 Álvaro Dion Teixeira

Antonio Carlos da Costa Pinto

136

137	Clarazete Gautério de Farias	Edson Zomar de Oliveira
138		
139	Fabiana Zambiasi	Fabiane Borges Pavani
140		
141	Isabel Cristina Junqueira	Luis Ferrari Borba
142		
143	Luciana Eidt	Maércio Flores de Almeida Cruz
144		
145	Marilena Ruschel da Cunha	Marisa Ney Santos Pinho
146		
147	Paulo Valentim Saldanha Fernandez	Pedro Luis da Silva Vargas
148		
149	Teresinha Casagrande	Valdemir de Souza Estran